



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CONCURSO PÚBLICO

007. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO B

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **05**.

Falar ao telefone parece antigo, mas é eficaz

Tenho percebido que entre os profissionais há certa resistência, para não dizer aversão, à velha conversa olho no olho ou mesmo por telefone. Nos últimos meses, noto que, quando tento trazer a discussão de algum tópico do *e-mail* para o telefone, o processo desanda, é evitado ou continua por mensagens eletrônicas.

Vivemos em um momento paradoxal. As pessoas estão teclando mais do que falando. Teclar mais não melhora a comunicação verbal. O mercado valoriza quem se expressa bem oralmente, com clareza, objetividade, segurança. Em sala de aula, fazer apresentações é um terror. Sofrimento, relatado por alguns, como sendo capaz de tirar o sono por dias.

É fácil entender que o computador nos coloca em situação confortável, pois não é preciso responder no momento, podem-se elaborar as respostas, ganha-se tempo e, além de tudo, ninguém nos vê. Porém, em função da perda de sinais, como a expressão facial, a postura e o tom da voz, aumentam as más interpretações.

Fiz um treinamento em uma empresa para otimizar o trabalho e identifiquei que um dos “devoradores de tempo” e vilões da produtividade era justamente o uso em excesso do SMS e do *e-mail* ineficaz (aquele em que se copia uma multidão na mensagem, mas o problema não é resolvido). Por telefone, falar com o responsável seria mais rápido e eficaz, reduzindo o tempo para solucionar problemas, mas quase ninguém fazia isso.

Não é por que falamos que nos comunicamos bem. Para melhorar essa competência, só existe um caminho: a prática. Aproveite as oportunidades em sala de aula, as reuniões com colegas ou colaboradores e exercite-se. A fluência e a segurança só virão com a prática. Falar ao telefone pode parecer antigo, mas pode ser mais eficaz do que as mensagens de texto, além de ser mais humano.

(Adriana Gomes, www1.folha.uol.com.br, 26.06.2013. Adaptado)

01. A autora defende que falar ao telefone pode parecer antigo, mas, em comparação com as mensagens de texto, pode ser mais

- (A) falaz.
- (B) estéril.
- (C) prolífico.
- (D) parcimonioso.
- (E) dispendioso.

02. Pode-se concluir que um dos objetivos do texto é

- (A) divulgar, ao leitor, os resultados de uma pesquisa subsidiada por uma empresa, o que se evidencia no trecho do primeiro parágrafo: “Nos últimos meses, noto que, quando tento trazer a discussão de algum tópico do *e-mail* para o telefone, o processo desanda, é evitado ou continua por mensagens eletrônicas.”
- (B) apresentar uma crítica contundente à maneira como o mercado de trabalho lida com a comunicação, o que se evidencia no trecho do segundo parágrafo: “O mercado valoriza quem se expressa bem oralmente, com clareza, objetividade, segurança.”
- (C) defender que as pessoas estão perdendo a habilidade de escrever bem, devido ao uso excessivo da internet, o que se evidencia no trecho do terceiro parágrafo: “Porém, em função da perda de sinais, como a expressão facial, a postura e o tom da voz, aumentam as más interpretações.”
- (D) convencer o leitor de que as empresas devem abolir o uso de documentos escritos e substituí-los integralmente por conversas telefônicas, o que se evidencia no trecho do quarto parágrafo: “Por telefone, falar com o responsável seria mais rápido e eficaz, reduzindo o tempo para solucionar problemas, mas quase ninguém fazia isso.”
- (E) oferecer, ao leitor, orientação para se comunicar com eficácia, o que se evidencia no trecho do último parágrafo: “Aproveite as oportunidades em sala de aula, as reuniões com colegas ou colaboradores e exercite-se.”

Releia o terceiro parágrafo para responder às questões de números **03** e **04**.

É fácil entender que o computador nos coloca em situação confortável, **pois** não é preciso responder no momento, podem-se elaborar as respostas, ganha-se tempo e, além de tudo, ninguém nos vê. Porém, **em função da** perda de sinais, como a expressão facial, a postura e o tom da voz, aumentam as más interpretações.

03. O termo **pois** introduz, com relação à primeira parte do enunciado,

- (A) um contraste.
- (B) uma justificativa.
- (C) uma condição.
- (D) uma finalidade.
- (E) uma concessão.

04. A expressão **em função da** pode ser corretamente substituída, sem alteração de sentido, por
- (A) equivalendo à
 - (B) induzindo à
 - (C) mesmo com a
 - (D) a despeito da
 - (E) em virtude da

05. O trecho do quarto parágrafo – Por telefone, falar com o responsável seria mais rápido e eficaz, reduzindo o tempo para solucionar problemas, mas quase ninguém fazia isso. – está corretamente reescrito, sem alteração da mensagem do texto, em:

Por telefone, falar com o responsável seria mais rápido e eficaz, reduzindo o tempo para solucionar problemas,

- (A) no entanto, quase ninguém fazia isso.
- (B) tanto que quase ninguém fazia isso.
- (C) caso quase ninguém fizesse isso.
- (D) assim, quase ninguém fazia isso.
- (E) contanto que quase ninguém fizesse isso.

Leia o texto para responder às questões de números 06 a 10.

Mas o que é isso?

Outro dia apresentei um dos espetáculos do meu grupo de dança para pessoas com deficiência em um teatro aqui de Brasília e, logo após a apresentação, fizemos um bate-papo com o pessoal que foi assistir.

Entendo que essa ideia de um grupo de dança que mistura pessoas com e sem deficiência no palco ainda é um tanto recente aqui em Brasília e poucas pessoas viram espetáculos assim. Por isso, acho curioso esse bate-papo final. Surgem tantas questões e comentários interessantes que daria para escrever um livro só com eles.

Um dos comentários mais comuns é em relação à superação. As pessoas ficam muito emocionadas e dizem que é muito lindo ver a superação das pessoas com deficiência dançando. Com o passar do tempo e conforme fomos trabalhando, começamos a nos questionar: por que quando eu danço, eu apenas trabalhei e estudei para aprender aquilo e, por isso, estou dançando, mas a pessoa com deficiência superou limites? Ela não pode ter apenas trabalhado muito para adquirir aquele conhecimento, assim como todos nós?

As pessoas também costumam elogiar muito o trabalho dos professores, dizendo que o que a gente faz é maravilhoso. Já chegaram até a dizer que é quase milagroso! Ah, se essas pessoas imaginassem o quanto a gente aprende com nossos alunos que têm deficiência, elas elogiariam o trabalho deles, o esforço deles, pois para a gente não é esforço nenhum estar com eles!

Bom, mas nessa última apresentação surgiram umas perguntas diferentes. Primeiro perguntaram o que é dança para a gente. Bom, o que é dança? Dança é movimento. Como todos nós, que estamos vivos, nos mexemos – pois piscamos, respiramos, nossos corações batem –, todos nós podemos dançar! Dança nada mais é do que fazer poesia com o corpo. E então surgiu a outra pergunta que rendeu um belo debate para o resto da noite: E então, o que é poesia?

O que é poesia? Dentre tantas respostas e discussões, acho que poesia pode ser o que você quiser que seja! O nosso dia, se quisermos, pode ser repleto de poesia! Alguns vão para o trabalho focados apenas no trânsito e em chegar logo, outros vão observando a luz do sol refletida na poça de água que foi formada pela chuva, sorriem e se sentem presenteados quando aquela música que adoram começa a tocar na rádio! Atos corriqueiros, que fazemos sem prestar atenção, um dia, podem nos proporcionar uma experiência nova. Essa experiência pode ser poesia, não pode?

(Clara Braga, www.cronicadodia.com.br, 26.06.2013. Adaptado)

06. Em seu texto, a autora apresenta uma reflexão sobre dança e poesia que tem, como ponto de partida,

- (A) o ciclo de palestras que precedeu a apresentação de uma trupe de dançarinos em Brasília.
- (B) o tema do espetáculo protagonizado por um grupo de dançarinos portadores de deficiência.
- (C) o bate-papo que surgiu, espontaneamente, durante uma aula de dança voltada a pessoas com deficiência.
- (D) os comentários do público após a apresentação de seu grupo de dança que incluía pessoas com deficiência.
- (E) as críticas negativas que recebeu ao se apresentar como dançarina em um teatro brasileiro.

07. Ao questionar a maneira como se fala em **superação** para se referir à pessoa com deficiência que dança, Clara Braga afirma: “Ela não pode ter apenas trabalhado muito para adquirir aquele conhecimento, assim como todos nós?” (terceiro parágrafo). Desse modo, a autora demonstra

- (A) discordar da ideia de que dançarinos com deficiência sejam capazes de fazer movimentos belos e delicados.
- (B) defender que o dançarino com deficiência é tão apto para a dança quanto o sem deficiência e que ambos devem se esforçar para dançar bem.
- (C) acreditar que, devido a suas limitações físicas, as pessoas com deficiência precisam trabalhar mais para se tornarem bons dançarinos.
- (D) concordar que, na prática, tanto as pessoas com deficiência quanto as sem deficiência são capazes de dançar bem sem fazer esforço.
- (E) divergir da ideia de que pessoas com deficiência têm potencialidades e fragilidades diferentes daquelas das pessoas sem deficiência.

08. O significado de **poesia** apresentado no texto é, na opinião da autora,
- (A) subjetivo.
 - (B) consensual.
 - (C) irretocável.
 - (D) inquestionável.
 - (E) categórico.
09. Considerando os significados de *dança* e *poesia* apresentados no texto, ao afirmar que “Dança nada mais é do que fazer poesia com o corpo.”, a autora sugere que dançar pode equivaler a
- (A) superar, pelo treino e pela repetição de gestos, os limites do corpo.
 - (B) expor o pensamento por meio de acrobacias difíceis de serem executadas.
 - (C) vivenciar uma experiência nova a partir dos movimentos do corpo.
 - (D) ignorar as dores do corpo a fim de realizar movimentos belos e delicados.
 - (E) modelar o corpo de tal forma a executar manobras que seriam impossíveis ao ser humano.
10. Assinale a alternativa em que o trecho destacado em – Atos corriqueiros, **que fazemos sem prestar atenção**, um dia, podem nos proporcionar uma experiência nova. – está corretamente reescrito, seguindo a norma-padrão da língua portuguesa, e sem alteração de sentido.
- (A) a que não damos atenção
 - (B) de que não damos atenção
 - (C) sob que não damos atenção
 - (D) por que não damos atenção
 - (E) com que não damos atenção

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Os municípios, consoante o disposto na Ordem Social Constitucional,
- (A) atuarão prioritariamente no ensino médio, fundamental e na educação infantil.
 - (B) possuem como limite mínimo de aplicação anual na manutenção e no desenvolvimento do ensino o valor de dezoito por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.
 - (C) não poderão legislar sobre organização do respectivo sistema de cultura, visto que o Sistema Nacional de Cultura é regulado por meio de lei federal.
 - (D) terão as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde na esfera municipal estabelecidas por meio de lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos.
 - (E) deverão dispor, por meio de lei municipal, sobre o regime jurídico, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias.
12. Em relação à organização dos Municípios, é correto afirmar que
- (A) o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de três por cento da receita do Município.
 - (B) o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
 - (C) a fiscalização do Município será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
 - (D) compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse regional.
 - (E) a Câmara Municipal não gastará mais de setenta e cinco por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores.

13. Ocorrerá hipótese constitucional de intervenção do Estado em seus Municípios quando
- (A) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do transporte público e nas ações e serviços públicos de saúde.
 - (B) for necessário pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
 - (C) for necessário assegurar a observância da forma republicana, sistema representativo e regime democrático.
 - (D) deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos alternados, a dívida fundada.
 - (E) o Tribunal de Justiça der provimento à representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
14. No tocante aos dispositivos constitucionais relativos ao controle de constitucionalidade, é correto afirmar que
- (A) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual.
 - (B) pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade o partido político com representação na Câmara Municipal.
 - (C) o prefeito municipal não possui legitimidade para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade.
 - (D) compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.
 - (E) é da competência exclusiva do Congresso Nacional revogar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
15. Em relação ao regime jurídico dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.
 - (B) Os proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargos efetivos dos Municípios, por ocasião de sua concessão, só poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, nos casos em que o tempo de contribuição superar o de efetivo exercício.
 - (C) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial julgada em 2.^a instância.
 - (D) Como condição para a aquisição da estabilidade, é facultada a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
 - (E) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
16. No tocante aos dispositivos constitucionais relativos à Política Urbana, é correto afirmar que
- (A) aquele que possuir como sua área urbana de até trezentos metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
 - (B) é obrigatório ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de aplicação das medidas constitucionais cabíveis.
 - (C) as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pela Câmara Municipal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, quando não cumprirem sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
 - (D) o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo é uma das penas previstas para o caso de não ser promovido o adequado aproveitamento do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado exigido, nos termos da lei federal, pelo poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor.
 - (E) o plano diretor, aprovado pelo Prefeito Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
17. Assinale a alternativa correta no que diz respeito à Lei da Transparência (Lei n.º 12.527/2011).
- (A) Todos os Municípios são obrigados a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet), no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
 - (B) O prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como reservada é de 10 (dez) anos.
 - (C) As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.
 - (D) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 5 (cinco) dias a contar da sua ciência.
 - (E) Para os efeitos da Lei da Transparência, considera-se informação sigilosa aquela submetida, indefinidamente, à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

18. No tocante à Lei Orgânica do Município de Bragança Paulista, é correto afirmar que
- (A) a Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta de cidadãos, através de iniciativa popular assinada por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado municipal.
 - (B) o projeto de lei de diretrizes orçamentárias deverá ser aprovado até o dia trinta de julho.
 - (C) no período de recesso, a Câmara Municipal poderá ser extraordinariamente convocada por requerimento de um sexto dos membros da Câmara Municipal.
 - (D) as comissões especiais de inquérito terão poderes de investigação previstos no Regimento Interno da Câmara Municipal e serão criadas mediante requerimento de um sexto dos vereadores para a apuração de fato determinado e por prazo certo.
 - (E) as sessões ordinárias da Câmara serão realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que se realizarem fora dele, exceção feita às sessões extraordinárias e solenes que poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

DIREITO ADMINISTRATIVO

19. No caso de licitação do tipo “menor preço” para obras e serviço de engenharia, a desclassificação da proposta considerada manifestamente inexequível é uma presunção
- (A) relativa, devendo a administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.
 - (B) relativa, devendo a administração rever sua decisão, após a manifestação do Tribunal de Contas.
 - (C) relativa, desde que auferida a eficácia da contratação para a administração pública, por ser a proposta mais vantajosa.
 - (D) absoluta, impedindo a administração de rever a decisão, ainda que apresentado recurso específico.
 - (E) absoluta, por corresponder aos critérios estabelecidos em lei, obrigando a administração a desclassificar a proposta.
20. Sobre a improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.
- (A) O ato de improbidade, em si, constitui crime e também pode corresponder a um tipo penal definido em outra lei.
 - (B) Sobre a autoridade que praticar ato contrário a parecer técnico jurídico recai a presunção absoluta de ter cometido improbidade.
 - (C) A ocorrência do ato danoso descrito na lei e o prejuízo ao erário são os elementos constitutivos únicos para o enquadramento na conduta ímproba.
 - (D) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos do agente público só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
 - (E) A aplicação das sanções previstas pela improbidade depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal de Contas.

21. No que diz respeito à prática de crime por prefeito municipal, previsto no Decreto-Lei n.º 201/67, assinale a alternativa correta.
- (A) A extinção do mandato do prefeito impede a instauração de processo pela prática dos crimes nele previstos.
 - (B) Concebido no período da ditadura militar, a cassação de prefeitos prevista não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988.
 - (C) A pena privativa de liberdade e a restritiva de direitos – consistente na inabilitação para exercício de cargo e função pública – são autônomas.
 - (D) Constitui crime deixar de cumprir determinação do Tribunal de Justiça para ordem de inclusão de precatório no orçamento público.
 - (E) A contratação de servidores temporários, amparada em lei municipal autorizadora, está prevista como crime.
22. No que diz respeito à desapropriação, assinale a alternativa correta.
- (A) Cabe ao poder concedente promover a desapropriação da concessão de serviço público que outorgou, se houver interesse público.
 - (B) Os direitos da propriedade industrial podem ser objeto de desapropriação no tocante à utilização econômica.
 - (C) A desapropriação por utilidade pública foi concebida como instrumento de promoção da utilização social da propriedade.
 - (D) Na desapropriação para fins de necessidade pública impede-se a discussão quanto ao valor do pagamento da indenização paga pela Administração.
 - (E) A desapropriação por utilidade pública é um ato de transferência de propriedade, tratando-se de modo de aquisição derivada.
23. Quanto ao controle dos atos da administração pública exercido pelo Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta.
- (A) Trata-se de controle interno, pois o Tribunal de Contas não é titular de competência para produzir normas jurídicas autônomas.
 - (B) O julgamento pelo Tribunal de Contas segue os princípios jurisdicionais, mas é passível de revisão pelo Judiciário.
 - (C) O Tribunal de Contas não dispõe do poder de estabelecer prazo para a autoridade corrigir defeitos de ilegalidade, que compete ao Judiciário.
 - (D) O Tribunal de Contas dispõe de competência jurisdicional em sua atividade de julgar as contas públicas.
 - (E) As sociedades de economia mista, em razão da natureza de sua constituição, não estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas.

24. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. Nesse caso, o parecer técnico é
- (A) facultativo.
 - (B) acessório.
 - (C) vinculante.
 - (D) opinativo.
 - (E) constitutivo.
25. O desfazimento de um ato administrativo por razões de ilegalidade chama-se
- (A) contraposição e tem efeitos *ex tunc*.
 - (B) cassação e tem efeitos *ex tunc*.
 - (C) revogação e tem efeitos *ex nunc*.
 - (D) caducidade e tem efeitos *ex nunc*.
 - (E) invalidação e tem efeitos *ex tunc*.
26. Assinale a alternativa correta quanto ao contrato administrativo.
- (A) Todas as cláusulas são fixadas unilateralmente pela Administração.
 - (B) Não admite alteração unilateral pela Administração.
 - (C) Não admite rescisão unilateral pela Administração.
 - (D) A imutabilidade é regra em razão do interesse público.
 - (E) Inadmitte-se subcontratação, total ou parcial, do objeto contratado.
27. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,
- (A) há regra expressa acerca da *vacatio legis* para a vigência de lei no Brasil e em Estados estrangeiros, sem possibilidade de alteração.
 - (B) ocorrendo nova publicação de texto de lei, destinada à correção, não há alteração na *vacatio legis*.
 - (C) havendo expressa previsão, admite-se a repristinação de lei no direito brasileiro.
 - (D) não se consideram novas leis as meras correções ao seu texto, ainda que já em vigor.
 - (E) não são admitidas leis com vigência temporária, em respeito à segurança jurídica.
28. Assinale a alternativa correta acerca da regra de transição referente à contagem de prazos, conforme disposição no Código Civil de 2002.
- (A) Quando aumentados pelo Código Civil de 2002, considera-se o prazo do Código anterior, independentemente do tempo transcorrido.
 - (B) Os prazos em curso recomeçaram a contar a partir da entrada em vigor do Código Civil de 2002.
 - (C) Quando reduzidos pelo Código Civil de 2002, considera-se o prazo do Código anterior, independentemente do tempo transcorrido.
 - (D) A prevalência do prazo do Código Civil de 2002 ou do prazo do Código anterior depende da redução do prazo pela lei nova e do tempo transcorrido até a data em que a lei nova entrou em vigor.
 - (E) Quando reduzido pelo Código Civil de 2002 em mais de 5 (cinco) anos, prevalece o prazo do Código anterior.
29. Acerca da invalidade do negócio jurídico, é correto afirmar que
- (A) a eficácia da decretação judicial de nulidade do negócio jurídico é *ex tunc*.
 - (B) antedatar ou pós-datar instrumentos particulares são hipóteses de vício do negócio jurídico, sujeitos à anulação.
 - (C) o negócio jurídico nulo não pode ser aproveitado, ainda que possua os requisitos de outro, válido em sua substância e forma.
 - (D) o negócio jurídico celebrado por relativamente incapaz é nulo de pleno direito, salvo se ratificado pelo seu representante legal.
 - (E) a invalidade do instrumento leva à necessária invalidade do negócio jurídico, ainda que haja possibilidade de prová-lo por outro meio.

- 30.** Entende-se por imputação do pagamento
- (A) o direito do terceiro que efetua pagamento em benefício do devedor.
 - (B) a liquidação de dívida realizada por meio de consignação extrajudicial.
 - (C) a substituição de dívida antiga por nova dívida.
 - (D) o pagamento realizado por um dos devedores solidários em benefício dos demais.
 - (E) a indicação, pelo devedor, acerca de qual débito está pagando.
- 31.** Assinale a alternativa correta acerca do instituto da servidão.
- (A) A servidão independe de registro público em cartório.
 - (B) As servidões, aparentes ou não, podem ser adquiridas pela usucapião.
 - (C) Por se tratar de direito real, o fato da servidão não ter mais utilidade ou comodidade ao prédio dominante não permite a supressão do direito.
 - (D) O não uso da servidão, por si só, não é hipótese hábil à sua extinção.
 - (E) Se hipotecado o prédio dominante, com menção da servidão no título hipotecário, o cancelamento do direito real depende de anuência do credor.
- 32.** Assinale a alternativa correta sobre os contratos de locação, no âmbito do Código Civil.
- (A) Em caso de alienação do bem pelo locador, para que o adquirente seja obrigado a respeitar o contrato de locação com cláusula de vigência, é imprescindível o prévio registro deste no cartório competente.
 - (B) O locatário pode valer-se do direito de retenção em virtude das benfeitorias úteis realizadas no bem, ainda que feitas sem aquiescência do locador.
 - (C) O locatário que, instado a fazê-lo, não restitui o bem, responderá pelo dano que o bem venha a suportar, exceto no caso de caso fortuito ou força maior.
 - (D) Havendo contrato por prazo determinado, deve o locador notificar o locatário com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de automática prorrogação.
 - (E) Considerando que o contrato é de natureza personalíssima, não se admite a sucessão pelos herdeiros, em caso de morte do locatário.
- 33.** Assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade civil, de acordo com a legislação em vigor.
- (A) A regra da legislação civil é a reparação integral do ofendido, não devendo ser considerada a gravidade da culpa para fins de apuração da indenização.
 - (B) O empregador, em regra, não responde pelos atos praticados pelos seus empregados, no exercício do trabalho que lhes competir, tratando-se de típica regra de responsabilidade subjetiva, salvo se praticou o ato por coação do empregador.
 - (C) Além dos casos expressamente especificados em lei, a responsabilidade civil objetiva é regra quando a atividade desenvolvida pelo sujeito implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
 - (D) A responsabilidade civil depende da criminal, devendo-se aguardar o desfecho da apuração da existência do fato e autoria no juízo criminal, para que, após, seja apurada a repercussão na esfera civil.
 - (E) O direito de exigir reparação civil e a obrigação de prestá-la é personalíssimo, não se transmitindo com a herança.
- 34.** No que tange à responsabilidade civil por dano ao meio ambiente, assinale a alternativa correta.
- (A) A responsabilidade civil é subjetiva, estando o poluidor sujeito a multa, perda de incentivos fiscais e suspensão de sua atividade.
 - (B) O poluidor que causar dano responde objetivamente, inclusive com relação aos terceiros prejudicados, cumulativamente com outras sanções, dentre as quais a multa diária.
 - (C) O poluidor responde objetivamente com relação aos danos causados ao meio ambiente, mas responde subjetivamente com relação aos danos causados a terceiros afetados por sua atividade.
 - (D) Não se admite a cumulação das sanções de multa e suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito, sob pena de dupla punição ao agente poluidor.
 - (E) A execução de garantias exigidas do poluidor supre a necessidade de reparação de danos a terceiros afetados pela sua atividade.

DIREITO DO CONSUMIDOR

35. Determina o Código de Defesa do Consumidor que “A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal”. Referida determinação reflete, de forma direta, uma das aplicações do princípio da
- (A) transparência.
 - (B) realidade fática.
 - (C) realidade técnica.
 - (D) boa-fé subjetiva.
 - (E) hipossuficiência.
36. O princípio que proíbe o conteúdo desleal de cláusula sobre relações de consumo, impondo, em decorrência, a nulidade do mesmo, denomina-se
- (A) identificação da mensagem publicitária.
 - (B) correção do desvio publicitário.
 - (C) boa-fé objetiva.
 - (D) identificabilidade.
 - (E) abstração.
37. Na política nacional de relações de consumo, um dos princípios a ser atendido é a ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor. A esse respeito, é correto afirmar que referida ação deve ocorrer
- (A) por iniciativa indireta.
 - (B) por todas as formas, exceto por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas.
 - (C) pela ausência do Estado no mercado de consumo, em razão do princípio da livre iniciativa.
 - (D) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.
 - (E) limitadamente à edição de leis que garantam a livre concorrência.
38. O princípio da hipossuficiência e o princípio da inversão do ônus da prova são caracterizados pela natureza de direito
- (A) material porque se aplicam ao direito como um todo.
 - (B) material porque encontram previsão expressa no Código de Defesa do Consumidor.
 - (C) substantivo porque se aplicam especificamente às relações consumeristas.
 - (D) natural porque se aplicam a todas as relações jurídicas, independentemente de serem consumeristas ou não.
 - (E) adjetivo porque somente incidirão na relação de consumo quando a mesma for objeto de uma ação.

39. Para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, estabelece o Código de Defesa do Consumidor um rol de instrumentos com os quais poderá contar o Poder Público. A esse respeito, é correto afirmar que mencionado rol é
- (A) meramente exemplificativo e dele consta a criação de Juizados Especiais de Pequenas Causas e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo.
 - (B) restritivo e dele não consta a instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor.
 - (C) taxativo e dele consta a criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo.
 - (D) exemplificativo e dele não consta, expressamente, a concessão de estímulos à criação e desenvolvimento de Associações de Defesa do Consumidor.
 - (E) exemplificativo e dele não consta, expressamente, a manutenção de assistência jurídica e gratuita para o consumidor carente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

40. Quanto ao benefício do art. 188 do CPC, é correto afirmar:
- (A) aplica-se ao Ministério Público, quer seja ele parte, quer seja fiscal da lei.
 - (B) não se aplica à Câmara Municipal porque a mesma não tem personalidade jurídica para ser parte, pelo que não se inclui na expressão Fazenda Pública.
 - (C) aplica-se ao prazo para oferta de embargos à execução pela Fazenda Pública.
 - (D) não se aplica na hipótese de oferta de ação declaratória incidental pela Fazenda Pública, na qualidade de ré.
 - (E) não se aplica na hipótese de oferta de reconvenção e exceção de incompetência relativa pela Fazenda Pública.
41. A tutela antecipada poderá ser concedida
- (A) de ofício, exclusivamente nos casos em que ficar demonstrado o *periculum in mora*, requisito indispensável para a sua concessão.
 - (B) desde que o autor preste caução para garantir o perigo de irreversibilidade da medida.
 - (C) ao réu, desde que exista requerimento para tanto, na ação declaratória incidental por ele ofertada.
 - (D) nos casos em que, havendo perigo de irreversibilidade do provimento antecipado, se verifique que o direito a ser protegido é mais valioso que aquele a ser sacrificado.
 - (E) contra a Fazenda Pública, desde que se demonstre que, face aos atos protelatórios praticados, o direito a ser protegido resta evidente.

42. Quanto à exibição de documento, é correto afirmar:

- (A) a medida cautelar de exibição difere do incidente de exibição de documento porquanto ela é preparatória e não incidental.
- (B) no mandado de segurança não é cabível o requerimento de exibição de documento, seja preparatório ou incidental.
- (C) no cumprimento de sentença, quando a elaboração de memória do cálculo depender de dados existentes em poder do devedor, o juiz, de ofício, poderá requisitá-los, fixando prazo de quinze dias para cumprimento, sob pena de decretar o descumprimento de ordem judicial.
- (D) a medida cautelar de exibição pode ser proposta de forma incidental desde que em relação a documento que se encontre em poder da parte contrária, não sendo cabível contra terceiros.
- (E) caso a parte que estava obrigada a exhibir, não cumpra a determinação judicial para tanto, incorrerá em multa a ser fixada pelo juiz e responderá por descumprimento de ordem judicial.

43. Sobre a Súmula impeditiva de recursos, assinale a alternativa correta.

- (A) É uma súmula do STF que determina que não se admitirá recurso que não ofereça repercussão geral, por tratar de questão contrária à súmula do próprio STF.
- (B) É uma súmula do STJ que determina que não se admitirá recurso que não seja representativo de controvérsia, nos casos em que houver transcendência contrária à súmula do próprio STJ.
- (C) É aquela que interfere com o juízo de admissibilidade do recurso de apelação, caso em que o juiz não receberá referido recurso quando a sentença estiver em conformidade com súmula do STF ou do STJ.
- (D) É aquela que interfere com o juízo de admissibilidade dos recursos, pelo que o Presidente do Tribunal negará seguimento a recurso que esteja em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STJ ou de tribunal superior.
- (E) É aquela incidente nos casos de reexame obrigatório, caso o órgão de primeiro grau não encaminhar os autos ao tribunal, o Presidente deste deverá avocá-los, ainda que a sentença esteja fundada em jurisprudência do plenário do STF ou em súmula do STF ou do STJ.

44. Assinale a alternativa correta.

- (A) Nos casos de conexão, em que as ações correm na mesma comarca, será prevento para a reunião dos processos, o juízo que efetivar a citação em primeiro lugar.
- (B) A competência em razão da matéria pode ser derogada se as partes instituírem o foro de eleição.
- (C) A competência se diferencia da jurisdição porque poderá ser delegada de um juízo para outro, quando houver acúmulo de trabalho, o que não pode ocorrer com a jurisdição.
- (D) A incompetência relativa é arguida em preliminar de contestação, mas como não está sujeita à preclusão, pode ser arguida em qualquer tempo e grau de jurisdição.
- (E) Se o imóvel se achar situado em mais de um Estado ou comarca, determinar-se-á o foro pela prevenção, estendendo-se a competência sobre a totalidade do imóvel.

45. Assinale a afirmativa correta sobre os princípios atinentes ao processo civil.

- (A) O princípio da economia processual permite a alteração da causa de pedir e do pedido, em qualquer fase do processo, se o réu for revel.
- (B) O princípio dispositivo contrapõe-se ao princípio inquisitivo, de modo que ao julgador é vedada iniciativa na produção de provas e na investigação dos fatos da causa, sob pena de comprometimento da sua imparcialidade, uma vez que, no processo civil, se busca a verdade formal, com o reconhecimento do caráter mítico e utópico da verdade real.
- (C) Se o órgão julgador determinar, na sentença, o pagamento de prestações periódicas vencidas após a propositura da ação ou sobre juros legais, sem que haja formulação de pedido, pelo autor, nesse sentido, ocorrerá julgamento *ultra* ou *extra petita* ofendendo o princípio da demanda.
- (D) O princípio da instrumentalidade significa que nenhuma nulidade processual é passível de convalidação, pois o que é nulo não produz efeito algum nos autos, já que o processo é instrumento de satisfação do direito material.
- (E) O princípio da persuasão racional está vinculado à segurança jurídica, sendo imprescindível que a conclusão do julgado tenha coerência direta e explícita com sua fundamentação.

46. Assinale a alternativa correta.

- (A) O reconhecimento da procedência do pedido alcança os fatos, mas não as consequências jurídicas geradas por eles, pelo que, o órgão julgador deverá, nas hipóteses em que o réu também tenha ofertado reconvenção, julgar procedente o pedido principal e improcedente a reconvenção, extinguindo ambos os processos.
- (B) A ação declaratória incidental, que é ofertada exclusivamente pelo réu, inova quanto à matéria de fundo, causando alterações nos limites objetivos de conhecimento do juiz.
- (C) A reconvenção visa trazer ao mesmo processo outra ação, do réu contra o autor, que pode versar sobre tema distinto daquele que está na ação principal o que não pode ocorrer com a ação declaratória incidental.
- (D) A ação declaratória incidental não instaura incidente processual, devendo ser apresentada pelo réu simultaneamente à contestação e processada nos mesmos autos, mas não há necessidade de as partes serem as mesmas.
- (E) A ação declaratória incidental se diferencia da reconvenção porque tem autonomia em relação à ação principal, o que a lei processual não conferiu à reconvenção.

47. Com relação à liminar no mandado de segurança, é correto afirmar que

- (A) contra a concessão caberá agravo de instrumento, que poderá ser ofertado pela autoridade coatora, mas não pedido de suspensão de segurança, que somente será cabível nas hipóteses de preempção ou caducidade da medida liminar não determinada pelo juiz *ex officio*.
- (B) quando o mandado de segurança tiver iniciado no primeiro grau, a autoridade coatora, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, poderá requerer ao Presidente do Supremo Tribunal Federal a suspensão da execução da liminar e da sentença.
- (C) contra o indeferimento não caberá agravo de instrumento pelo impetrante, o qual deverá interpor mandado de segurança contra ato judicial ou, se for o caso, reclamação constitucional.
- (D) nas hipóteses em que o Presidente do Tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, deferir pedido de suspensão da execução da medida liminar, formulado pela pessoa jurídica de direito público interessada, dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 dias.
- (E) indeferido o pedido de suspensão ou provido o agravo da autoridade coatora não caberá novo pedido de suspensão, mas apenas recurso especial ou extraordinário, dependendo da hipótese.

48. É correto afirmar que

- (A) aos Municípios é vedada a instituição de contribuição de melhoria.
- (B) nas operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, o ICMS caberá ao Município onde ocorrer o consumo.
- (C) impostos de competência residual da União podem ser criados por lei ordinária.
- (D) empréstimos compulsórios da União podem ser criados por lei ordinária.
- (E) cabe à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais de ICMS serão concedidos e revogados.

49. Sobre a vedação de cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro da publicação da lei que o institui, é correto afirmar que

- (A) não se aplica aos Municípios.
- (B) aplica-se ao imposto sobre propriedade territorial rural.
- (C) aplica-se ao ICMS e ao imposto sobre importação.
- (D) aplica-se ao IPI e aos impostos sobre crédito e operações financeiras.
- (E) não se aplica ao imposto sobre a renda.

50. É de competência municipal a instituição de imposto sobre

- (A) venda de bens e de direitos reais sobre imóveis, inclusive os de garantia.
- (B) serviços de qualquer natureza, cabendo à lei complementar excluir da incidência aqueles exportados para o exterior.
- (C) serviços de transporte de interesse municipal e transmissão *causa mortis*.
- (D) serviços de qualquer natureza, inclusive os que envolvam circulação de mercadorias, desde que definidos em decreto.
- (E) propriedade predial urbana e rural.

51. Sobre o ISSQN (imposto sobre serviços municipal), é correto afirmar que

- (A) incide sobre propriedade de veículo automotor, cabendo ao Município onde este for licenciado.
- (B) incide sobre serviços de transporte interestadual, cabendo aos municípios onde estes se realizem.
- (C) suas alíquotas máximas e mínimas são fixadas por lei complementar.
- (D) suas alíquotas devem ser seletivas e regressivas.
- (E) sua isenção pode ser concedida por decreto municipal.

52. Sobre o lançamento tributário, é correto afirmar que
- (A) pode ser alterado por recurso de ofício.
 - (B) pode ser alterado de ofício, apenas em caso de erro do contribuinte.
 - (C) prescinde de notificação ao sujeito passivo.
 - (D) não pode ser alterado por impugnação do sujeito passivo.
 - (E) não pode prever multa por infração.
53. Suspende a exigibilidade do crédito tributário
- (A) o ajuizamento da ação declaratória de inexistência de relação jurídico tributária.
 - (B) o parcelamento.
 - (C) o depósito do valor que o sujeito passivo considera devido, mesmo que inferior ao montante integral do débito.
 - (D) a impetração de mandado de segurança preventivo.
 - (E) o ajuizamento de medida cautelar fiscal.
54. Sobre a medida cautelar fiscal, é correto afirmar que
- (A) será requerida ao Juiz da execução, sendo competente o Presidente se a execução estiver no Tribunal de Justiça.
 - (B) pode ser requerida pela Fazenda Pública, pelo devedor ou pelo fiador.
 - (C) pode ser concedida liminarmente, independentemente de caução.
 - (D) não pode ser substituída por garantia, ainda que correspondente ao valor da prestação.
 - (E) uma vez concedida, dispensa a Fazenda Pública da proposição da execução judicial.
55. Sobre execução fiscal, é correto afirmar que
- (A) o prazo para oferecimento de embargos é de 10 dias contados da data em que garantida a execução.
 - (B) o terceiro não pode remir o bem.
 - (C) a Fazenda Pública e o executado podem impugnar a avaliação dos bens penhorados.
 - (D) a reconvenção pode ser arguida como preliminar em embargos.
 - (E) sujeita-se a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, liquidação, inventário ou arrolamento.
56. No âmbito das despesas correntes, as dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais são consideradas como subvenções
- (A) sociais.
 - (B) econômicas.
 - (C) produtivas.
 - (D) empresariais.
 - (E) auxiliares.
57. Caso o Poder Legislativo Municipal não receba a proposta orçamentária, no prazo fixado na Lei Orgânica respectiva, deverá
- (A) criar a proposta e aprová-la.
 - (B) determinar prazo de 30 dias para que o Poder Executivo apresente a proposta.
 - (C) encaminhar pedido ao Poder Judiciário Estadual a fim de que fixe prazo para que o Poder Executivo apresente a proposta, sob pena de improbidade.
 - (D) considerar como proposta a Lei do Orçamento vigente.
 - (E) permanecer inerte em razão da independência entre os três Poderes.
58. O conjunto de elementos necessários e suficiente, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, observados os elementos determinados na lei de licitação, considera-se
- (A) projeto básico.
 - (B) projeto executivo.
 - (C) empreitada por preço global.
 - (D) empreitada por preço unitário.
 - (E) empreitada integral.
59. A despesa total com pessoal ativo e inativo dos municípios, em cada período de apuração, não poderá exceder o percentual da receita corrente líquida em
- (A) 25%.
 - (B) 30%.
 - (C) 50%.
 - (D) 60%.
 - (E) 65%.

60. As disposições sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos é matéria que compete à Lei
- (A) do Plano Plurianual.
 - (B) de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) do Orçamento Anual.
 - (D) do Estatuto das Cidades.
 - (E) de Responsabilidade Fiscal.
61. A assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, cumpridas as demais exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), equipara-se a
- (A) refinanciamento da dívida mobiliária.
 - (B) dívida pública mobiliária.
 - (C) operação de crédito.
 - (D) concessão de crédito.
 - (E) concessão de garantia.
62. No Município de Bragança Paulista, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias deverá ser aprovado até o dia
- (A) 30 de junho.
 - (B) 1.º de julho.
 - (C) 31 de julho.
 - (D) 1.º de agosto.
 - (E) 05 de dezembro.
63. Assinale a assertiva correta acerca dos créditos adicionais.
- (A) Os destinados ao reforço de dotação orçamentária denominam-se complementares.
 - (B) São extraordinários os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
 - (C) São considerados especiais os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
 - (D) Os créditos complementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto legislativo.
 - (E) Correspondem às autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento.
64. No tocante aos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) apenas a facilitação, pelo funcionário autorizado, de alteração de dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de causar dano não tipifica o crime denominado inserção de dados falsos em sistemas de informações.
 - (B) o crime de condescendência criminosa exige, para a tipificação, que o funcionário deixe de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo com o fim de obter vantagem direta ou indireta.
 - (C) o crime de resistência não estará tipificado se a oposição à execução de ato legal for praticada sem violência e apenas por meio de ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.
 - (D) inutilizar, total ou parcialmente, ou deixar de restituir autos, documento ou objeto de valor probatório, que recebeu na qualidade de advogado ou procurador tipifica o crime de subtração ou inutilização de livro ou documento.
 - (E) patrocinar, indiretamente, interesse privado legítimo perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário tipifica o crime de Advocacia Administrativa.
65. Assinale a alternativa correta no que diz respeito aos crimes contra a fé pública.
- (A) A falsificação de testamento particular caracteriza o crime de falsificação de documento particular.
 - (B) Aquele que apenas detém passe falsificado de empresa de transporte administrada pelo Município incorre na mesma pena prevista para o crime de falsificação de papéis públicos.
 - (C) Aquele que utiliza indevidamente, com o fim de beneficiar a si, conteúdo sigiloso de concurso público incorre na mesma pena prevista para o crime de falsidade ideológica.
 - (D) O fim de obter vantagem indevida ou aceitar promessa de tal vantagem é exigido para a tipificação do crime de falso reconhecimento de firma ou letra.
 - (E) O ato de guardar objeto especialmente destinado à falsificação de moeda só tipificará o crime denominado de petrechos para falsificação de moeda se houver sido utilizado para falsificação de moeda.

66. No tocante aos crimes contra a incolumidade pública, é correto afirmar que
- (A) perturbar serviço de estrada de ferro, colocando obstáculo na linha tipifica o crime de atentado contra a segurança de outro meio de transporte.
 - (B) corromper ou poluir água potável, de uso comum ou particular, tornando-a imprópria para consumo ou nociva à saúde só tipificará o crime de corrupção ou poluição de água potável se praticado na modalidade dolosa.
 - (C) arremessar projétil contra veículo, em movimento, destinado ao transporte público por terra tipifica o crime de atentado contra a segurança de outro meio de transporte.
 - (D) causar culposamente desmoronamento, expondo a perigo o patrimônio de outrem caracteriza o crime de desabamento ou desmoronamento na modalidade culposa.
 - (E) o crime de subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento exige, para sua tipificação, que o salvamento não se realize.
67. Nos termos do Código Penal, o tempo e o lugar do crime são definidos, respectivamente, com base no
- (A) momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado; lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
 - (B) momento do resultado; lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
 - (C) momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado; lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, independentemente do lugar em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
 - (D) momento da ação ou omissão, bem como o momento do resultado; lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
 - (E) no dia em que o crime se consumou; lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, independentemente do lugar em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
68. Após procedência do pedido de infidelidade partidária, com a consequente decretação da perda do cargo eletivo de um Vereador, nos termos da Resolução TSE n.º 22610/07, após a comunicação dessa decisão feita pelo Poder Judiciário ao Presidente da Câmara dos Vereadores, este deverá
- (A) convocar Sessão Extraordinária da Câmara para deliberação do cargo vago.
 - (B) intimar o líder do partido cujo cargo está vago para indicar o suplente que irá assumir o referido cargo.
 - (C) aguardar o prazo de três dias para que o partido detentor do cargo vago indique seu suplente a ser empossado e, caso inerte o partido no prazo mencionado noticiar à Justiça Eleitoral para as penalidades cabíveis.
 - (D) empossar o suplente no prazo de dez dias.
 - (E) noticiar o fato na próxima Sessão Ordinária da Câmara dos Vereadores e aguardar a comunicação do trânsito em julgado para as providências posteriores.
69. Assinale a alternativa correta.
- (A) É vedado ao partido político receber, direta ou indiretamente, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, mais de 10% dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior pelo doador pessoa física.
 - (B) O órgão municipal do partido político é obrigado a enviar ao Tribunal Regional Eleitoral o balanço contábil do exercício findo até o dia 30 de abril do ano seguinte.
 - (C) O exame da prestação de contas dos órgãos partidários tem caráter jurisdicional.
 - (D) Da decisão que desaprovar total ou parcialmente a prestação de contas dos órgãos partidários caberá recurso para os Tribunais Regionais ou para o Tribunal Superior Eleitoral, conforme o caso, o qual será recebido somente no efeito devolutivo.
 - (E) Os partidos que possuam seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral receberão, em partes iguais, 2% do total do Fundo Partidário.

70. É correto afirmar que

- (A) o abuso de poder político é passível de apuração mediante ação de impugnação de mandato eletivo, desde que entrelaçado com abuso de poder econômico e respeitado o princípio do devido processo legal.
- (B) é inadmissível, na ação de investigação judicial eleitoral, a cumulação de pedidos que envolva abuso de poder econômico e prática de conduta vedada aos agentes públicos, tendo em vista a incompatibilidade das respectivas sanções.
- (C) o abuso do poder de autoridade, por parte do presidente de partido político, constitui justa causa para a desfiliação partidária, conforme estabelecido na Resolução TSE n.º 22.610/2007.
- (D) a ação de investigação judicial eleitoral fundada no art. 30-A da Lei n.º 9.504/97 pode ser ajuizada por qualquer candidato, partido ou coligação; comprovado o abuso de poder econômico mediante gasto exorbitante de recursos na campanha eleitoral, o candidato demandado terá negado o diploma, ou cassado, se já houver sido outorgado.
- (E) nas ações de investigação judicial eleitoral fundadas em uso indevido dos meios de comunicação social, da competência do Corregedor Regional Eleitoral, é vedado o indeferimento da inicial de forma monocrática.

71. No que tange às condutas vedadas, durante o período de campanha eleitoral, os agentes públicos podem

- (A) realizar a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de função de confiança.
- (B) realizar a nomeação de aprovados em concurso público homologado até o início daquele prazo.
- (C) realizar a cessão ou o uso, em benefício de partido político ou coligação, de bens imóveis pertencentes à administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios, para a realização de Convenção Partidária.
- (D) realizar em ano de eleição e antes dos três meses que antecedem o pleito, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos nos três últimos anos do ano das eleições ou do último ano imediatamente anterior à eleição.
- (E) fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir de cento e oitenta dias das eleições e até a posse dos eleitos.

72. Assinale a alternativa correta no tocante aos crimes eleitorais.

- (A) Não implica inelegibilidade a condenação transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, quando a pena prevista para o crime é, no máximo, de detenção.
- (B) Se o tipo penal prevê, além da pena privativa de liberdade, a de cassação do registro de candidatura, serão inaplicáveis as medidas despenalizadoras estabelecidas na Lei n.º 9.099/95, ainda que a infração penal, considerada a pena máxima cominada, seja de menor potencial ofensivo.
- (C) Os crimes eleitorais são de ação penal pública incondicionada, exceto aqueles praticados no bojo da propaganda eleitoral em detrimento da honra de candidatos, caso em que somente se procede mediante representação.
- (D) Responde perante a Justiça Comum Federal o acusado por crime de desacato ou desobediência, quando praticados contra a Administração da Justiça Eleitoral, posto que a legislação penal eleitoral não prevê essas figuras delitivas.
- (E) Para os crimes previstos no Código Eleitoral, cuja pena mínima tenha sido omitida no preceito secundário, será ela de 15 dias, em se tratando de detenção, ou de 6 meses, nos casos de reclusão.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

73. Nos termos do Estatuto da Cidade, é correto afirmar que o direito às cidades sustentáveis consiste em:

- (A) direito à terra, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho, para as presentes e futuras gerações.
- (B) direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, ao transporte e aos serviços públicos para toda a sociedade.
- (C) direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.
- (D) direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, à gestão de resíduos sólidos, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.
- (E) direito à terra, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura, à água e esgoto, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

74. São sanções administrativas restritivas de direito aplicáveis àqueles que incorrerem nas condutas tipificadas como infração ambiental:
- (A) suspensão ou cancelamento de registro, licença ou autorização, advertência e perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.
 - (B) suspensão ou cancelamento de registro, licença ou autorização, multa simples e perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.
 - (C) suspensão ou cancelamento de registro, licença ou autorização, perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais, perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito e proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de 5 (cinco) anos.
 - (D) suspensão ou cancelamento de registro, licença ou autorização, perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais e perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.
 - (E) suspensão ou cancelamento de registro, licença ou autorização, multas simples e diária, perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.
75. Como ensina Patrícia Iglecias, “nas hipóteses em que se exige o plano de gerenciamento de resíduos sólidos, há determinação de manutenção de informações completas sobre sua implementação e operacionalização junto ao órgão municipal competente” (Direito Ambiental, São Paulo: RT, 2013, p. 138).
- Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos, entre outros:
- (A) os geradores de resíduos sólidos de limpeza urbana, de resíduos industriais e de resíduos de saúde.
 - (B) os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.
 - (C) os geradores de resíduos perigosos, desde que sua atividade esteja incluída no rol do Decreto regulamentador da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Decreto Federal n.º 7.404/2010).
 - (D) os geradores de resíduos de mineração, desde que decorrentes de atividades de extração.
 - (E) os geradores de resíduos resultantes de atividades agropecuárias, salvo os insumos delas decorrentes, cuja destinação é regulada por norma própria.
76. Conforme previsão da Lei n.º 12.764/2012, é correto afirmar que, entre os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, estão
- (A) o direito à vida digna e à educação nas classes comuns de ensino regular, impondo-se ao Município disponibilizar um acompanhante.
 - (B) o direito à vida digna e à educação em classes especiais, impondo-se ao Município disponibilizar um acompanhante.
 - (C) o direito à vida digna e à educação, com acompanhante especializado, em casos de comprovada necessidade, quando incluída nas classes comuns de ensino regular.
 - (D) o direito à vida digna e o acesso à educação.
 - (E) o direito de acesso à assistência social e ao Sistema Único de Saúde, sendo que a possibilidade de contratação de assistência médica privada fica a critério dos planos de saúde.
77. Em relação ao disposto na Lei n.º 12.651/2012, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.
- (A) A Lei n.º 12.651/2012 atenderá ao princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas rurais.
 - (B) As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação nativa, reconhecidas de utilidade às terras que revestem são bens públicos, exercendo-se os direitos de propriedade e a posse com respeito à sua função socioambiental.
 - (C) As obrigações previstas na Lei n.º 12.651/2012 têm natureza real e são transmitidas apenas ao sucessor, a título universal, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.
 - (D) Na utilização e exploração da vegetação, as ações ou omissões contrárias às disposições da Lei n.º 12.651/2012 são consideradas uso irregular da propriedade, aplicando-se o procedimento ordinário previsto no inciso II do art. 275 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, sem prejuízo da responsabilidade civil independente da existência de culpa, prevista na Lei n.º 6.938/81 e das sanções penais cabíveis.
 - (E) A Lei n.º 12.651/2012 afirma o compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem estar das gerações presentes e futuras.

78. Assinale a alternativa correta.

- (A) A água é bem de domínio difuso, razão pela qual comporta dupla titularidade.
- (B) A Política Nacional de Recursos Hídricos reconhece que a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico.
- (C) Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano.
- (D) Tendo em vista a especial necessidade de proteção da água como recurso natural fundamental, a gestão de recursos hídricos deve ser centralizada.
- (E) A gestão dos recursos hídricos não deve proporcionar o uso múltiplo das águas nas situações de escassez.

79. Em relação ao estudo de impacto de vizinhança, é correto afirmar que:

- (A) lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público Municipal.
- (B) entre os aspectos a serem analisados no estudo prévio de impacto de vizinhança, nos termos do Estatuto da Cidade, serão analisadas as seguintes questões: adensamento populacional, equipamentos urbanos e comunitários e proximidade com aterros licenciados.
- (C) tendo em vista o princípio da publicidade aplicável ao estudo prévio de impacto de vizinhança, os documentos dele integrantes ficarão obrigatoriamente disponíveis para consulta no site do Poder Público Municipal.
- (D) a elaboração do estudo prévio de impacto de vizinhança pode substituir o estudo prévio de impacto ambiental somente nos casos expressamente previstos em lei.
- (E) o estudo de impacto de vizinhança deve contemplar aspectos positivos e negativos do empreendimento tomando em conta precipuamente a qualidade de vida da população existente na área de implantação.

80. Em relação ao direito do idoso aos alimentos, é correto afirmar que:

- (A) o idoso tem direito a alimentos na forma da lei civil, sendo a obrigação alimentar de caráter subsidiário, devendo o idoso seguir a ordem legal dos prestadores.
- (B) na falta de condições econômicas do idoso ou de seus familiares para prover seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.
- (C) as transações relativas a alimentos deverão ser celebradas, obrigatoriamente, perante o Promotor de Justiça, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.
- (D) o idoso tem direito a alimentos na forma do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003), que dispõe sobre a ordem legal dos prestadores.
- (E) as transações relativas a alimentos passarão a ter efeito de título executivo judicial, nos termos da lei processual civil.

PCI Concursos

PCI Concursos